

## Coluna do Castello

## Entenda, se puder

Quer ter uma idéia do tamanho da confusão que divide senadores e deputados, acossa o presidente da República, adensa o clima de instabilidade política do país e repercute mal lá fora? Observe, então, a atuação de cada um dos principais personagens, examine os objetivos que os movem e entenda as relações estabelecidas entre eles na discussão em torno do melhor sistema de governo a ser adotado pela Constituinte. Por respeito a todos, admita, generosamente, que seu comportamento, de vez em quando, é também ditado por sólidas questões de princípios.

Veja o caso do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte e autor, por isso mesmo, da atual e da versão definitiva da futura Constituição a ser votada em plenário por senadores e deputados. Cabral é, pessoalmente, favorável ao parlamentarismo como o mais adequado sistema de governo para um país como o nosso, sujeito a crises periódicas. Tem consciência, contudo, de que a implantação, agora, do parlamentarismo se deverá unicamente a fatores conjunturais — à realidade de termos um presidente único e contestado.

Não poderia deixar de propor o parlamentarismo porque, nessa direção, caminhou a Constituinte nas etapas das subcomissões e das comissões temáticas. Admite na intimidade, porém, que duvida da aprovação final do parlamentarismo e diz acreditar que ajudará a derrotá-lo o modelo quase puro que incluiu no substitutivo apresentado na semana passada. Cabral foi eleito relator da Comissão de Sistematização com o apoio, aval, simpatia ou coisa parecida do ministro do Exército.

Por enquanto, não convidem para a mesma mesa Cabral e o general Leônidas Pires Gonçalves, que se diz convencido de ter sido traído pelo deputado no acordo sobre a anistia que deverá constar nas disposições transitórias da próxima Constituição e sobre o artigo que definirá o emprego legal das Forças Armadas no processo político e social do país. Para eleger-se relator, derrotando o senador Fernando Henrique Cardoso, que era o candidato do deputado Ulysses Guimarães, Cabral contou com o apoio decisivo do senador Mário Covas — escolhido líder do PMDB na Constituinte contra o desejo de Ulysses e com a simpatia de Sarney.

Dono da oratória mais candente dentro da Constituinte a favor de eleições presidenciais diretas em 1988, Covas é hoje uma pedra incômoda e de bom tamanho no sapato de Sarney. Ulysses, simplesmente, o tem marginalizado na maioria dos lances que preside para a confecção da futura Constituição. Por convicção, o senador é parlamentarista, por conveniência e porque pode vir a disputar a sucessão de Sarney, é "presidencialista misto" e, ultimamente, por questão de tática, vem falando bem do parlamentarismo. Ao fazê-lo, imagina engrossar, indiretamente, o cordão dos presidencialistas.

Deu para entender? É mais fácil entender a posição de Ulysses, que até a substituição de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda acicatou (épa!) Sarney sempre que pôde e que, depois disso, tem procurado se entender bem com ele porque quer evitar sérios riscos para o desfecho tranquilo do processo constituinte. Ulysses é presidencialista declarado e assumido, sempre foi. É tanto que acumula três presidências — a do PMDB, a da Câmara Federal e a da Constituinte — e as exerce nos extensos limites imperiais de um presidencialismo que tanto agrada Sarney.

Nem por isso, Ulysses tem usado o poder de sua natural liderança para reverter a tendência da Constituinte em favor do parlamentarismo. Na batalha particular que trava contra o ocupante de uma cadeira que, por todos os méritos, deveria ser sua — não do ex-presidente do PDS com o qual nunca se entendeu direito —, Ulysses não ficaria triste se Sarney, atropelado pela instituição do parlamentarismo, passasse, apenas, a reinar, sem os poderes de chefe de governo. Ninguém, mais que Ulysses, poderia vir a ser o primeiro-ministro do novo governo. Constrangidamente, sem dúvida.

Quer Sarney poupar Ulysses de tal embaraço e, com a ajuda do ministro do Exército, mobiliza votos, e urut se necessário, para derrotar a proposta de parlamentarismo — na qual, como já se viu, nem seu próprio autor, o Cabral, botou fé. Diga-se que Sarney, muito antes de cogitar de ser vice-presidente da República, muito menos presidente, era parlamentarista confesso. Empenhado, no início deste ano, em evitar a discussão sobre a extensão do seu mandato, tomou a iniciativa, ele mesmo, de abrir e de animar a discussão. (Deu para entender? Nem sempre dá).

O mandato, que Sarney ofereceu ao exame dos partidos, detonou, naturalmente, a desavença em torno do sistema de governo — que, em certo momento, o próprio Sarney sugeriu que ganhasse a forma de um parlamentarismo mitigado, que ninguém sabe bem o que pode ser. Na semana passada, finalmente, o presidente apelou para o general, que apelou para o bom senso dos políticos, que não sabem bem para quem apelar — se para suas próprias convicções, no caso daqueles que as têm, se para conveniências pessoais ou de conjuntura, que se alteram a cada momento como a forma das nuvens.

Ricardo Noblat (Interino)

## Sarney quer plebiscito para Carta inteira

## Governador evita polêmica

BRASÍLIA — O presidente José Sarney disse ontem que vê "com simpatia" a proposta do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, para a realização de um plebiscito sobre o sistema de governo na futura Constituição, mas defende, segundo o porta-voz Frota Neto, uma consulta popular sobre toda a Constituição e não apenas de um capítulo. "O que o presidente Sarney deseja é a total identificação da nova Constituição com a sociedade", disse Frota Neto.

Ele afirmou, ainda, que o governo não possui nenhuma "proposta fechada" sobre qualquer ponto, embora tenha uma posição firmada em favor do regime presidencialista. Outra preocupação do Palácio do Planalto é quanto ao capítulo da reforma tributária, que, pelo substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), aumenta os encargos da União sem indicar novas fontes de receita. "Não adianta colocar no papel uma solução inviável em si mesma. Pelo substitutivo, os gastos estão em 110% acima das receitas", disse Frota Neto.

O porta-voz da Presidência informou que os estudos sobre a reforma tributária estão a cargo dos deputados José Serra (PMDB-SF) e Francisco Dornelles (PFL-RJ). Os inícios da área econômica foram instruídos pelo presidente Sarney a fornecer a ambos todos os elementos que considerarem necessários para a formulação de suas emendas ao projeto.

Os temas polêmicos, sobretudo os políticos — como o tamanho do mandato do presidente José Sarney ou a adoção do sistema parlamentarista de governo, que empolga a maioria da Comissão de Sistematização da Constituinte —, não vão dar a tônica da reunião dos governadores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, na próxima sexta-feira, em Florianópolis. Os 10 governadores que confirmaram presença — o matogrossense Carlos Bezerra e o goiano Henrique Santillo serão representados por seus vices — decidiram ontem, depois de uma intensa troca de telefonemas, centrar os debates na busca de uma solução para o problema do déficit público que não exija grandes cortes nos investimentos federais destinados aos estados e municípios.

Moreira Franco, do Estado do Rio, com o apoio já definido de Orestes Quéricia (SP) e de Newton Cardoso (MG), vai defender, por exemplo, no lugar do corte de investimentos, "a renegociação, em bases firmes, da dívida externa". Acredita o governador fluminense que uma operação que envolva pelo menos 2 milhões de dólares da dívida brasileira com bancos internacionais "terá um efeito multiplicador muito maior sobre o déficit público do que as recentes medidas tomadas pela União".

**Plebiscito** — Todos os governadores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste concordaram com a idéia do plebiscito para que os eleitores decidam se o país deve continuar com o presidencialismo ou se deve adotar o sistema parlamentarista de governo. A sugestão, que partiu

do governador do Estado do Rio, Moreira Franco — ele a levou, há uma semana, ao presidente José Sarney e ao presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães —, acabou de ganhar o apoio de Pedro Simon (RS), Alvaro Dias (PR), Marcelo Miranda (MS), Max Mauro (ES) e Carlos Bezerra (MG).

Anteriormente, a idéia de Moreira havia recebido o apoio dos governadores Newton Cardoso, Orestes Quéricia e Pedro Ivo (SC). Da Carta de Florianópolis, documento que os governadores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste vão divulgar, constará uma recomendação ao PMDB, partido ao qual todos eles pertencem, para que não apóie um sistema de governo — o parlamentarismo — já condenado nas urnas, em janeiro de 1963, pelo eleitorado brasileiro.

A reunião de Santa Catarina será complementada 10 ou 15 dias depois por um encontro no Rio, este com a participação de todos os governadores. Em Florianópolis, os do Sul, Sudeste e Centro-Oeste já vão, no entanto, antecipar uma posição: a do apoio ao anteprojeto de nova Constituição do deputado Bernardo Cabral, **sem cortes** após a tária.

Anunciaram que vão à reunião de Florianópolis os governadores Pedro Simon, Alvaro Dias, Orestes Quéricia, Moreira Franco, Newton Cardoso, Max Mauro e Marcelo Miranda. Carlos Bezerra, de Mato Grosso, inicia viagem ao exterior no dia da abertura do encontro e será substituído pelo vice, Edson Freitas.

## Quéricia quer tirar medo do presidente

SÃO PAULO — Assessores do governador Orestes Quéricia revelaram que, convencido da preferência popular pelo presidencialismo, ele tentará afastar do presidente José Sarney — esperado hoje em Piquete, cidade de 18 mil habitantes a 200 quilômetros da capital — qualquer temor de que o plebiscito se transforme em julgamento de seu governo. Na opinião de Quéricia, a insatisfação do eleitorado, caso a política econômica tenha resultados negativos, não influirá fundamentalmente nos números da consulta sobre o sistema de governo.

Orestes Quéricia dirá ao presidente que os governadores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com reunião marcada para sexta-feira em Florianópolis, pretendem chegar a um acordo em torno da data do plebiscito, pois as proostas ainda são conflitantes: alguns acham que deve ser antes da promulgação da nova Constituição, enquanto outros preferem que seja 30, 60 ou 90 dias depois.

Independente da sua conversa com Sarney, o governador de São Paulo está empenhado em repetir o clima favorável de Barretos, onde o presidente esteve há uma semana, para a festa do peão de boiadeiro. Naquela ocasião, Quéricia chegou a enviar a Barretos o seu secretário do Interior, Uebe Rezek, para desarmar uma manifestação contra a política habitacional do governo.

Em Piquete, o presidente da República inaugurará cinco obras, entre elas uma nova unidade de fabricação de nitrocelulose da Imbel — Indústria de Material Bélico do Exército. Todos os prefeitos do Vale do Paraíba receberão Sarney.

sem cortes após a tária.